# Aproveitando as lições de Teresinha Queiroz: mulheres, gênero e os desafios da escrita historiográfica

## *Drawing on Teresinha Queiroz's Lessons: Women, Gender, and the Challenges of Historiographical Writing*

**João Paulo Charrone**
Universidade Federal do Piauí

**Ana Letícia Bacelar Costa**
Universidade Federal do Piauí

**Resumo:** O presente artigo discute as contribuições da História das Mulheres e dos estudos de gênero para a renovação da historiografia contemporânea. A partir das reflexões de autoras e autores como Michelle Perrot, Joan Scott, Judith Butler, Michel Foucault e Georges Duby, analisa-se a invisibilização das mulheres nas narrativas históricas, a emergência da categoria gênero e os desafios da escrita da História diante de sujeitos historicamente silenciados. Lato sensu, essas perspectivas dialogam centralmente com a obra historiográfica de Teresinha Queiroz, de cuja atuação resultou, na historiografia piauiense, a ampliação dos objetos e métodos da pesquisa histórica, além de promover reflexões sobre as relações de poder, os discursos e os processos de construção do conhecimento histórico.
**Palavras-chave:** História das Mulheres; Gênero; Historiografia; Representação; Escrita da História.

**Abstract**: This article discusses the contributions of Women's History and Gender Studies to the renewal of contemporary historiography. Drawing on the reflections of scholars such as Michelle Perrot, Joan Scott, Judith Butler, Michel Foucault, and Georges Duby, it analyzes the invisibilization of women in historical narratives, the emergence of gender as na analytical category, and the challenges of historical writing when dealing with historically silenced subjects. More broadly, these perspectives engage in dialogue with the historiographical work of Teresinha Queiroz, whose contributions to Piauí's historiography expanded the objects and methods of historical research while fostering reflections on power relations, discourse, and the processes involved in the construction of historical knowledge.
**Keywords:** Women's History; Gender; Historiography; Representation; Historical Writing.

## Introdução

Durante muito tempo a historiografia tradicional dedicou pouca atenção às experiências femininas. As mulheres apareciam de forma esporádica nas narrativas históricas, geralmente associadas a figuras consideradas excepcionais por sua posição social, influência política ou comportamento considerado extraordinário. Como observa Michelle Perrot (2005), quando surgiam nos relatos históricos, eram frequentemente apresentadas como personagens fora do comum, o que revela não apenas sua presença limitada na escrita da História, mas também o lugar de silêncio que lhes foi historicamente atribuído. A ausência feminina na historiografia não significava, contudo, ausência de participação social. Antes, refletia os critérios de seleção, preservação e legitimação que orientaram a produção do conhecimento histórico ao longo do tempo.

A partir da segunda metade do século XX esse cenário começou a ser questionado. Influenciados pelas transformações sociais promovidas pelos movimentos feministas e pelas mudanças ocorridas no próprio campo historiográfico, diversos pesquisadores passaram a interrogar os mecanismos que haviam tornado as mulheres praticamente invisíveis nas narrativas sobre o passado. Nesse contexto, consolidou-se a História das Mulheres como um campo de investigação preocupado em recuperar experiências, trajetórias e formas de atuação historicamente negligenciadas. Como demonstram os trabalhos de Perrot (2005), Priore (1997) e Duby (1995), essa renovação ampliou os objetos de pesquisa e possibilitou novas interpretações acerca das relações sociais, da vida cotidiana, da família, do trabalho e das representações do feminino.

Entretanto, a simples incorporação das mulheres aos estudos históricos logo revelou seus limites. Tornou-se evidente que não bastava acrescentar novos sujeitos às narrativas já existentes sem questionar os pressupostos que estruturavam essas mesmas narrativas. Foi nesse contexto que a categoria gênero ganhou centralidade nos debates historiográficos. Em seu texto clássico *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1995), Scott propôs compreender as diferenças entre homens e mulheres não como fatos naturais, mas como construções históricas atravessadas por relações de poder. A partir dessa perspectiva, o foco das análises deslocou-se da busca por mulheres esquecidas para a investigação dos processos sociais, culturais e políticos responsáveis pela produção das diferenças de gênero. Em convergência com Scott, Queiroz, leciona que:

> O desenvolvimento da história das mulheres teria passado por momento inicial, a década de 1960, em que a questão fundamental era de natureza política, expressando as novas relações que se estabeleciam entre homens e mulheres, tanto na profissão como principalmente na sociedade americana; num segundo momento, a discussão sobre o sexo vem para o plano secundário e emerge algo mais neutro, muito menos permeado de conotação ideológica imediata - o gênero; num terceiro momento e em virtude da descoberta do gênero, passa-se a considerar essa história como a história das relações entre homens e mulheres, ocorrendo a institucionalização de uma discussão generificada e consolidando-se a disciplina História das Mulheres. (QUEIROZ, 2006, p. 41).

As reflexões de Butler (2003) aprofundaram ainda mais esse debate ao questionarem a própria estabilidade das identidades. Dialogando com a crítica genealógica de Michel Foucault (1988) a autora argumenta que categorias como "homem" e "mulher" não constituem realidades naturais ou essências imutáveis, mas efeitos de práticas discursivas e relações de poder historicamente situadas. Dessa forma, gênero deixa de ser entendido como uma característica fixa dos indivíduos e passa a ser compreendido como uma produção social constantemente reiterada por normas, discursos e instituições.

Essas discussões também contribuíram para uma renovação das reflexões sobre a escrita da História. Se os sujeitos históricos são produzidos em meio a disputas discursivas e relações de poder, torna-se necessário questionar não apenas o que é narrado pelos historiadores, mas também as condições que possibilitam determinadas narrativas e silenciam outras. Nesse sentido, as contribuições de Michel de Certeau (1982) permitem compreender a escrita da História como uma prática social situada, marcada por escolhas, recortes e formas específicas de construção do conhecimento sobre o passado.

Partindo dessas questões, este artigo busca analisar como a emergência da História das Mulheres e, posteriormente, dos estudos de gênero, transformou a escrita da História e a compreensão historiográfica acerca dos mecanismos de silenciamento, representação e produção das diferenças sociais. Defende-se que a incorporação das mulheres como objeto de investigação histórica representou, para além de apenas a ampliação dos sujeitos contemplados pela historiografia, a promoção de uma transformação epistemológica mais profunda, capaz de questionar os critérios de produção do conhecimento histórico, os limites dos arquivos e as formas pelas quais os discursos constroem identidades e hierarquias sociais.

Seguindo a lição, já referida, de Queiroz (2006), o trabalho está dividido em quatro partes. Inicialmente, discute-se a invisibilização das mulheres na historiografia tradicional e a constituição da História das Mulheres como campo de pesquisa. Em seguida, analisa-se a emergência do conceito de gênero e suas contribuições para a renovação da disciplina histórica. Na terceira seção, são examinadas as relações entre discurso, poder e produção das diferenças sociais. Por fim, o texto aborda o problema da escrita da História diante dos sujeitos historicamente silenciados, refletindo sobre os desafios contemporâneos da produção do conhecimento histórico.

## Os silêncios da história e a emergência da história das mulheres

Durante muito tempo as mulheres ocuparam um lugar marginal na produção do conhecimento histórico. A historiografia tradicional, fortemente marcada por temas políticos, militares e institucionais, privilegiou sujeitos considerados protagonistas dos grandes acontecimentos históricos, geralmente homens pertencentes aos grupos socialmente dominantes.

Como consequência, as experiências femininas permaneceram durante séculos à margem das narrativas sobre o passado. Joan Perrot observa que essa ausência não se explica pela falta de participação das mulheres na vida social, mas pelas formas através das quais a História foi escrita. Isso porque, segundo a autora:

> Até o século XIX, faz-se pouca questão das mulheres no relato histórico, o qual, na verdade, ainda está pouco constituído. As que aparecem no relato dos cronistas são

> quase sempre excepcionais por sua beleza, virtude, heroísmo ou, pelo contrário, por suas intervenções tenebrosas e nocivas, suas vidas escandalosas. A noção de excepcionalidade indica que o estatuto vigente das mulheres é o do silêncio que consente com a ordem. (PERROT, 1995, p. 13).

Esse processo esteve relacionado tanto à produção das fontes quanto à sua preservação. Durante séculos, os registros considerados dignos de memória concentraram-se nos espaços tradicionalmente ocupados pelos homens: a política, a guerra, a administração e as instituições religiosas. As experiências femininas, frequentemente vinculadas ao espaço doméstico, ao trabalho cotidiano e às relações familiares, deixaram menos vestígios documentais ou foram consideradas pouco relevantes pelos historiadores.

Em sua reflexão sobre a escrita da história das mulheres, Perrot (2005) chama atenção para essa problemática ao afirmar que a principal dificuldade enfrentada pelas pesquisadoras e pesquisadores do campo decorre justamente do apagamento dos vestígios femininos. Em muitos casos, não se trata apenas da ausência de documentos produzidos por mulheres, mas da predominância de registros elaborados por homens e a partir de perspectivas masculinas. Como destaca a autora:

> [...] A falta de informações concretas e circunstanciadas contrasta com a abundância dos discursos e com a proliferação de imagens. As mulheres são mais imaginadas do que descritas ou contadas, e fazer a sua história é, antes, de tudo, inevitavelmente, chocar-se contra este bloco de representações que as cobre e que é preciso necessariamente analisar, sem saber como elas mesmas as viam e as viviam. [...] (PERROT, 2005, p. 11).

Essa observação é particularmente importante porque evidencia uma das principais questões enfrentadas pela História das Mulheres: a necessidade de analisar não apenas as mulheres em si, mas também os discursos produzidos sobre elas. Nesse contexto, muitos momentos, aquilo que chegou até os historiadores não foram relatos femininos sobre suas próprias experiências, mas representações construídas por diferentes instituições sociais, religiosas, políticas e culturais.

Nesse sentido, o problema não se restringe à escassez documental. Trata-se também de compreender como determinadas imagens sobre o feminino foram produzidas, difundidas e legitimadas ao longo do tempo. A invisibilidade das mulheres não resulta apenas da falta de registros, mas igualmente dos mecanismos que definiram quais sujeitos seriam considerados dignos de memória histórica.

Foi justamente diante dessas limitações que a partir da segunda metade do século XX surgiram iniciativas voltadas para a construção de uma História das Mulheres. Influenciadas pelas transformações promovidas pelos movimentos feministas e pelas renovações metodológicas da chamada Nova História, diversas pesquisadoras passaram a questionar os critérios que haviam mantido as mulheres à margem das narrativas históricas.

O desenvolvimento da História das Mulheres representou uma importante transformação no campo historiográfico. Mais do que apenas acrescentar novas personagens aos relatos tradicionais, essa perspectiva buscou também compreender as formas pelas quais as

mulheres participaram das sociedades passadas e os mecanismos que contribuíram para sua invisibilização.

Segundo Scott (1992), a emergência desse campo esteve diretamente relacionada às transformações políticas e intelectuais ocorridas ao longo do século XX. Os movimentos feministas desempenharam papel fundamental nesse processo ao reivindicarem direitos sociais e políticos, além de reconhecimento histórico. Nesse contexto, a pesquisa histórica passou a voltar sua atenção para experiências até então negligenciadas, ampliando os temas, objetos e sujeitos considerados legítimos pela disciplina.

Ao analisar a trajetória desse campo de estudos, Roiz (2008) observa que os trabalhos de Perrot contribuíram significativamente para consolidar uma reflexão mais ampla sobre a história das mulheres. Segundo o autor, a historiadora francesa demonstrou como a dificuldade de escrever essa história estava diretamente relacionada ao apagamento de seus vestígios, tanto nos espaços públicos quanto privados. A recuperação dessas experiências exigia, portanto, novos métodos, novas perguntas e uma revisão crítica dos próprios arquivos.

No Brasil, esse movimento encontrou importante expressão nas pesquisas organizadas por Priore. Em obras como *História das Mulheres no Brasil* (1997) e *Ao Sul do Corpo: condições femininas, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia* (1993), a autora contribuiu para ampliar o conhecimento sobre diferentes experiências femininas, abordando temas como maternidade, sexualidade, família, religiosidade e cotidiano. Essas pesquisas demonstraram que as mulheres não constituíam um grupo homogêneo, mas, sim, eram (e ainda são) sujeitos inseridos em relações sociais marcadas por diferenças de classe, condição jurídica, etnia e localização geográfica.

Entretanto, mesmo com o avanço dessas pesquisas, permanecia um problema central: como acessar experiências históricas frequentemente registradas por intermédio do olhar masculino? Essa questão tornou-se particularmente evidente nos estudos desenvolvidos por Duby (1995) sobre as mulheres medievais. Ao refletir sobre sua própria pesquisa, Duby reconhece as limitações impostas pelas fontes disponíveis. Conforme observa Ana Luiza Mendes, ao fazer uma análise das principais obras do medievalista:

> O próprio Duby alerta para os problemas desse objeto de estudo, uma vez que o que se sabe sobre as mulheres medievais perpassa pelo testemunho masculino que transmitem imagens corrompidas das mulheres, pois elas seriam as responsáveis pelo mal existente no mundo e, portanto, são pérfidas por natureza, segundo a concepção religiosa medieval. Dessa forma, muito mais do que estudar sobre as mulheres medievais, estuda-se os discursos sobre elas e, a partir da obra do medievalista francês, podemos relacioná-los com os silêncios que também podem ser considerados personagens históricos. (MENDES, 2020, p. 26).

Em razão disso, estudar as mulheres significava, muitas vezes, analisar os discursos produzidos sobre elas. Essa preocupação aparece de forma recorrente em suas obras. Conforme destaca Mendes, Duby afirmava que " o que sabemos das mulheres medievais nos chegou de forma indireta. Então, o que nos resta é analisar o que os homens pensavam sobre as mulheres." (MENDES, 2020, p. 27). Tal perspectiva não representa uma desistência diante das limitações documentais, mas o reconhecimento de que os discursos também constituem objetos legítimos da investigação histórica.

As análises desenvolvidas por Duby contribuíram para evidenciar que as representações do feminino não podem ser tomadas como descrições transparentes da realidade social. Como observa Couto, Duby procurou captar "a imagem e não a verdade das mulheres" (COUTO, 2017, p. 3), justamente porque os registros disponíveis eram marcados por mediações, interesses e finalidades específicas. Dessa forma, o estudo das mulheres exigia também uma investigação sobre os sistemas de valores, as hierarquias e as formas de poder presentes nas sociedades que produziram esses discursos.

Essa preocupação aproxima-se das reflexões de Perrot sobre a predominância das representações na documentação histórica. Em ambos os casos, o desafio não consiste apenas em encontrar mulheres nos arquivos, mas em compreender os processos que produziram determinadas imagens sobre elas. A História das Mulheres, portanto, não surgiu apenas como um esforço de recuperação de sujeitos esquecidos. Ela também contribuiu para problematizar os próprios fundamentos da produção do conhecimento histórico, questionando as formas de construção da memória, os mecanismos de exclusão e os critérios de legitimidade que estruturaram a escrita da História.

Ao longo desse processo, tornou-se cada vez mais evidente que a simples inclusão das mulheres nas narrativas históricas não seria suficiente para compreender as relações de desigualdade existentes entre homens e mulheres. Era necessário investigar os mecanismos responsáveis pela produção dessas diferenças. Foi nesse contexto que a categoria gênero passou a ocupar um lugar central nos debates historiográficos.

**Da história das mulheres à categoria gênero**

A consolidação da História das Mulheres representou uma importante renovação da historiografia contemporânea. Ao direcionar a atenção para sujeitos historicamente marginalizados esse campo ampliou os horizontes da pesquisa histórica e possibilitou novas interpretações sobre a sociedade, a cultura e as relações de poder. Contudo, à medida que os estudos avançavam, surgiram questionamentos sobre os limites de uma abordagem centrada exclusivamente na recuperação das experiências femininas.

Parte dessas críticas estava relacionada à própria categoria "mulheres". Muitas pesquisas iniciais procuravam reconstruir trajetórias femininas, identificar formas de participação social e preencher lacunas deixadas pela historiografia tradicional. Embora esse esforço tenha sido fundamental para a constituição do campo, ele também levantou uma questão importante: quem eram as mulheres que estavam sendo estudadas?

Joan Scott (1992) identifica esse problema ao analisar o desenvolvimento da História das Mulheres ao longo das décadas de 1970 e 1980. Segundo a autora, a simples inclusão das mulheres na narrativa histórica não resolvia questões mais profundas relacionadas à produção das desigualdades. A presença feminina nos estudos históricos exigia uma reflexão sobre os significados atribuídos às diferenças entre homens e mulheres e sobre as formas pelas quais essas diferenças eram organizadas socialmente.

Nesse contexto, tornou-se evidente que a categoria "mulher" não poderia ser compreendida como uma realidade homogênea e universal. As experiências femininas variavam de acordo com fatores como classe social, religião, origem étnica, posição econômica e contex-

to histórico. A busca por uma identidade feminina única corria o risco de ocultar a diversidade existente entre as próprias mulheres.

A historiografia passou, então, a deslocar parte de sua atenção para os processos que produziam as diferenças sociais e para os mecanismos responsáveis pela construção das hierarquias entre os sexos. O interesse deixou de recair exclusivamente sobre a presença ou ausência das mulheres nos acontecimentos históricos e passou a abranger as relações estabelecidas entre homens e mulheres, os sistemas simbólicos que atribuíam significados ao masculino e ao feminino e as formas pelas quais essas distinções eram mobilizadas nas estruturas de poder.

Esse movimento contribuiu para a aproximação entre a História das Mulheres e os debates teóricos desenvolvidos pelos estudos de gênero. Em vez de considerar as diferenças sexuais como dados naturais e imutáveis, a historiografia passou a tratá-las como construções históricas sujeitas a transformações. A questão central deixou de ser apenas onde estavam as mulheres na História e passou a envolver a investigação dos processos que definiam o que significava ser homem ou mulher em diferentes sociedades.

Foi nesse cenário que o conceito de gênero adquiriu grande relevância para a historiografia. O texto de Scott, *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1995), tornou-se uma das principais referências desse debate ao propor uma nova forma de compreender as relações entre os sexos.

Para Scott, gênero não corresponde a uma característica biológica nem a um simples conjunto de papéis sociais atribuídos a homens e mulheres. Trata-se de uma categoria analítica que permite investigar como as diferenças sexuais são interpretadas, organizadas e utilizadas pelas sociedades. A autora define gênero como um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e, simultaneamente, como uma forma primária de significar relações de poder:

> Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas. Como tal, esta parte da definição poderia aparentemente pertencer à seção normativa de meu argumento, mas isso não ocorre, pois os conceitos de poder, embora se baseiem no gênero, nem sempre se referem literalmente ao gênero em si mesmo. [...] Estabelecidos como um conjunto objetivo de referências, os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. Na medida em que essas referências estabelecem distribuições de poder (um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos), o gênero torna-se implicado na concepção e na construção do próprio poder. (SCOTT, 1995, p. 88).

Essa formulação representou uma mudança significativa na pesquisa histórica. A diferença sexual deixou de ser tomada como um dado evidente da realidade e passou a ser entendida como resultado de processos históricos específicos. O foco deslocou-se para os discursos, símbolos, instituições e práticas responsáveis pela produção dos significados associados ao masculino e ao feminino.

Scott também chama atenção para o fato de que o gênero opera em diferentes níveis da vida social. Ele está presente nas representações culturais, nas normas sociais, nas instituições

políticas e nas formas de construção das identidades individuais. Por essa razão, seu uso como categoria analítica permite compreender aspectos que ultrapassam a história das mulheres, alcançando questões relacionadas à organização das sociedades e às estruturas de poder. Para a autora, o gênero constitui "uma forma primária de dar significado às relações de poder" (SCOTT, 1995, p. 88), o que permite analisá-lo como um elemento central na constituição das hierarquias e das relações sociais.

Essa perspectiva ampliou significativamente o campo de investigação histórica. A análise passou a contemplar as formas pelas quais as diferenças entre homens e mulheres eram produzidas, legitimadas e reproduzidas em diferentes contextos históricos. O gênero tornou-se uma ferramenta capaz de revelar mecanismos de dominação que frequentemente permaneciam invisíveis quando as diferenças sexuais eram tratadas como naturais.

Ao mesmo tempo, a proposta de Scott abriu espaço para reflexões mais amplas sobre identidade, subjetividade e produção das diferenças. Entre as autoras que aprofundaram esse debate, Judith Butler ocupa um lugar de destaque.

As reflexões desenvolvidas por Butler, por sua vez, ampliaram as discussões sobre gênero ao questionar pressupostos que permaneciam presentes em parte da teoria feminista. Em *Problemas de Gênero*, com tradução publicada em solo brasileiro em 2003, a autora dirige sua atenção para a categoria identidade e para o papel que ela desempenha na produção das relações sociais.

Segundo Firmino e Porchat, Butler procura realizar uma crítica das categorias de identidade e, especificamente, da identidade enquanto fundamento da ação política do feminismo (FIRMINO; PORCHAT, 2017). Sua preocupação está relacionada ao fato de que muitas abordagens feministas partiam da existência de uma identidade feminina relativamente estável, capaz de servir como base para a mobilização política.

Para Butler, esse caminho apresenta dificuldades porque as identidades não existem de forma independente das relações de poder que as constituem. A autora desenvolve sua análise em diálogo com a crítica genealógica de Michel Foucault, cuja preocupação estava voltada para os processos históricos responsáveis pela produção dos sujeitos. Firmino e Porchat observam que, nessa perspectiva, uma ação política comprometida com o enfrentamento das hierarquias sociais deveria concentrar-se nos mecanismos que produzem as identidades e não apenas nas identidades em si. Como afirmam os autores:

> [...] Judith Butler surge nessa cena com uma proposta para as teorias de gênero que desloca a discussão para o campo dos efeitos do poder. Entender o gênero nesse contexto é condição fundamental para aqueles que hoje se debruçam sobre as transformações sociais relativas às sexualidades e às identidades de gênero. [...] Nesse sentido, uma ação política comprometida com o desmantelamento das relações de hierarquia deveria focar não nas identidades – produtos ou efeitos do poder – mas nos processos de produção dessas identidades e manutenção das relações entre elas, empreendendo-se uma pesquisa genealógica que analise os mecanismos de poder que as tem como efeito. " (FIRMINO; PORCHAT, 2017, p. 51-52).

Essa formulação conduz Butler a questionar a separação tradicional entre sexo e gênero. Durante décadas, o conceito de gênero foi utilizado para demonstrar que as diferenças sociais entre homens e mulheres não decorriam automaticamente da biologia. Embora essa

distinção tenha desempenhado papel importante na crítica ao determinismo biológico, Butler identifica limites nessa formulação.

Butler argumenta que, mesmo quando o gênero é concebido como construção cultural, frequentemente permanece a ideia de um sexo natural que serviria de fundamento para essa construção. Butler procura deslocar essa interpretação ao afirmar que o próprio sexo é produzido discursivamente. Desse modo, os autores afirmam que, "[...] o sexo – tal como o gênero – não é anterior ao discurso: é, em vez disso, um efeito do discurso. Assim, considera que nem mesmo o sexo existe pré-discursivamente. Não é uma substância ou essência, mas uma produção ou efeito discursivo." (FIRMINO; PORCHAT, 2017, p. 56).

Essa perspectiva transforma profundamente a compreensão das identidades. O sujeito deixa de ser entendido como uma entidade anterior às práticas sociais e passa a ser concebido como resultado de processos históricos e discursivos. Em consequência, as categorias "homem" e "mulher" deixam de representar essências universais e passam a ser vistas como efeitos de relações de poder historicamente situadas. A identidade surge, portanto, como resultado de práticas reiteradas, normas sociais e expectativas culturais que orientam comportamentos e produzem formas específicas de subjetividade.

Essas reflexões aproximam os estudos de gênero das discussões sobre discurso e poder desenvolvidas por Michel Foucault. A compreensão das identidades como produções históricas desloca a atenção para os mecanismos responsáveis por sua constituição, tema que será abordado na próxima seção.

**Discurso, poder e produção das diferenças**

As discussões desenvolvidas pelos estudos de gênero encontraram, nas reflexões de Michel Foucault, importantes instrumentos para compreender os mecanismos de produção das identidades e das diferenças sociais. Ao questionar interpretações que concebiam o poder exclusivamente como repressão ou proibição, o filósofo francês propôs uma abordagem voltada para seu caráter produtivo, destacando sua presença nas práticas cotidianas, nos saberes e nas instituições.

Segundo Foucault (1997), o poder não deve ser entendido como algo concentrado em um único centro ou exercido apenas pelo Estado. Trata-se de uma rede de relações que atravessa a sociedade e atua de diferentes formas sobre os indivíduos. Assim, o poder é compreendido como uma prática que se manifesta em múltiplas direções e através de diversas instituições sociais, produzindo comportamentos, conhecimentos e formas de subjetividade. Essa perspectiva desloca a análise para além da ideia de dominação exercida de maneira exclusivamente coercitiva. Essa compreensão do poder enfatiza seu caráter produtivo, e não apenas repressivo. Ao analisarem essa dimensão da obra foucaultiana, Firmino e Porchat observam que:

> Em oposição à noção do poder como centrado no Estado, detido pelos dominantes e imposto aos dominados sob a forma de proibições, punições, opressões, coações e constrangimentos, Foucault afirma que seria um equívoco qualificar e reduzir o poder essencialmente em seu aspecto repressivo. Seria preciso dar destaque à face produtiva do poder, expressa por meio de incitações, induções e imperativos, que através de práticas disciplinares objetivam corpos dóceis, úteis e produtivos, necessários ao bom funcionamento da economia. (FIRMINO; PORCHAT, 2017, p. 53).

O poder produz sujeitos, comportamentos e formas específicas de compreensão da realidade. Ele estabelece normas, delimita possibilidades de ação e define aquilo que pode ser considerado legítimo ou verdadeiro em determinado contexto histórico. Nesse sentido, as diferenças entre homens e mulheres não podem ser compreendidas como realidades naturais e permanentes. Elas são atravessadas por práticas sociais e por sistemas de saber que lhes atribuem significados específicos.

Um dos aspectos centrais da reflexão foucaultiana diz respeito à relação entre poder e saber. Para Foucault, conhecimento e poder não constituem esferas independentes. Os saberes produzidos sobre os indivíduos participam ativamente da sua constituição enquanto sujeitos.

A sexualidade constitui um exemplo privilegiado dessa dinâmica. Em *História da Sexualidade I: a vontade de saber* (1988), Foucault demonstra que as sociedades modernas não simplesmente reprimiram o sexo. Ao contrário, produziram uma multiplicidade de discursos sobre ele. Médicos, juristas, educadores, religiosos e outros agentes passaram a descrever, classificar e interpretar comportamentos sexuais, transformando-os em objetos de conhecimento. Esse processo contribuiu para a produção de normas e categorias que orientaram a compreensão dos corpos e das identidades.

As contribuições de Foucault possuem grande relevância para os estudos de gênero porque permitem compreender as diferenças sexuais como construções históricas associadas a relações de poder. As categorias utilizadas para definir homens e mulheres, assim como os comportamentos considerados adequados para cada um deles, são resultado de processos históricos específicos e não expressões de uma essência imutável.

As reflexões sobre poder e saber encontram continuidade nas discussões sobre discurso. Nesse campo, a contribuição de Orlandi (2012) oferece instrumentos importantes para compreender a linguagem como um espaço de produção de sentidos e de constituição dos sujeitos.

A análise do discurso desenvolvida pela autora parte do pressuposto de que os sentidos não existem de forma fixa ou natural nas palavras. Eles são produzidos historicamente por meio das relações estabelecidas entre linguagem, sujeitos e condições sociais de produção. Dessa forma, os discursos não atuam apenas como meios de comunicação ou representação da realidade. Eles participam da construção da própria realidade social:

> O leitor tem sua identidade configurada enquanto tal pelo lugar social em que se define "sua" leitura, pela qual, aliás ele é considerado responsável. Isso varia segundo a forma histórica, tal como para a autoria: não se é autor (ou leitor) do mesmo modo na Idade Média e hoje. Entre outras coisas, porque a relação com a interpretação é diferente nas diferentes épocas, assim como também é diferente o modo de constituição do sujeito nos modos como ele se individualiza (se identifica) na relação com as diferentes instituições, em diferentes formações sociais, tomadas na história. Trabalham aí as diferentes formas do confronto do político com o simbólico. (ORLANDI, 2012, p. 76-77).

Essa perspectiva aproxima-se das reflexões foucaultianas ao destacar o caráter produtivo dos discursos. Aquilo que uma sociedade diz sobre determinados grupos, comportamentos ou identidades interfere diretamente na forma como esses elementos são percebidos e organi-

zados socialmente. Dessa forma, os discursos produzem classificações, estabelecem fronteiras simbólicas e contribuem para legitimar determinadas formas de poder.

No caso das mulheres, essa questão torna-se particularmente relevante. Pois, ao longo da história, diferentes discursos religiosos, jurídicos, médicos, filosóficos e pedagógicos participaram da construção de imagens sobre o feminino. Essas representações ajudaram a definir comportamentos considerados adequados, delimitar espaços de atuação social e justificar relações de desigualdade.

A partir dessa perspectiva, torna-se possível compreender que as representações sobre as mulheres não constituem simples reflexos da realidade. Na verdade, elas integram processos históricos de produção de sentidos e de organização das relações sociais. Assim, investigar tais representações significa analisar as formas pelas quais determinados saberes contribuíram para construir concepções específicas sobre o feminino e sobre o masculino.

Essa abordagem possui especial importância para a historiografia, sobretudo em contextos nos quais as experiências femininas chegaram aos pesquisadores mediadas por registros produzidos predominantemente por homens. Nessas situações, os discursos tornam-se fontes fundamentais para compreender os sistemas de valores e as formas de poder presentes em determinada sociedade.

As discussões sobre discurso e poder oferecem importantes ferramentas para analisar os estudos desenvolvidos por Georges Duby acerca das mulheres medievais. Embora o historiador francês tenha afirmado que não era propriamente um historiador das mulheres, suas pesquisas contribuíram para evidenciar o papel das representações na construção histórica das diferenças entre os sexos. Um dos aspectos mais recorrentes em sua obra é o reconhecimento das limitações impostas pelas fontes disponíveis. Conforme observa Mendes:

> Uma das [interfaces da medievalidade] que mereceu os contornos de suas letras diz respeito às mulheres, cujo estudo no contexto medieval é um tanto quanto nebuloso porque, como aponta o próprio Duby, o que nos foi legado delas é fruto do discurso masculino, ou seja, o que sabemos das mulheres medievais nos chegou de forma indireta. Então, o que nos resta é analisar o que os homens pensavam sobre as mulheres. Porém, ao examinar o discurso masculino também analisamos os silêncios da História sobre as mulheres, procurando, assim como Duby, extrair daí a sensibilidade e a emoção daquela época. (MENDES, 2020, p. 27).

Essa constatação levou o historiador a concentrar sua atenção nas representações construídas sobre as mulheres. Ao analisar figuras como Heloísa e Aliénor da Aquitânia, Duby (1995) procurou compreender os sistemas de valores presentes na sociedade medieval. Seu objetivo não era reconstruir integralmente a experiência dessas mulheres, tarefa limitada pela própria documentação disponível, mas investigar as imagens produzidas a seu respeito e os significados atribuídos ao feminino naquele contexto.

Couto observa que Duby buscava captar "a imagem e não a verdade das mulheres" (COUTO, 2017, p. 3). Essa formulação revela uma preocupação metodológica importante. Os documentos não são tratados como espelhos transparentes da realidade, mas como construções inseridas em contextos específicos de produção e circulação.

Os estudos de Duby evidenciam a coexistência de diferentes representações femininas na sociedade medieval. Conforme apontam Mendes (2020) e Couto (2017), os discursos

eclesiásticos frequentemente associavam as mulheres à fragilidade moral, ao pecado e à necessidade de vigilância. Ao mesmo tempo, outras produções culturais, como a literatura cortês, apresentavam imagens idealizadas do feminino, atribuindo às mulheres posições de destaque simbólico nas narrativas amorosas.

Essa dualidade também aparece nas análises de Carla Casagrande (1990). Em seu estudo sobre a condição feminina na Idade Média a autora demonstra que os discursos normativos buscavam enquadrar as mulheres em estruturas de controle exercidas pela família, pelo casamento e pela Igreja. A construção da identidade feminina encontrava-se vinculada a mecanismos de vigilância e tutela que delimitavam suas possibilidades de atuação social.

Esses exemplos demonstram como as relações entre homens e mulheres foram historicamente produzidas por meio de discursos, normas e representações. As diferenças sexuais receberam historicamente significados específicos que contribuíram para legitimar hierarquias e formas de dominação. O estudo dessas construções permite compreender que as desigualdades de gênero não derivam de características naturais dos indivíduos, mas de processos históricos complexos que envolvem disputas de poder, produção de saberes e elaboração de representações sociais.

**Desafios da escrita historiográfica**

As reflexões desenvolvidas pela História das Mulheres evidenciaram que a produção do conhecimento histórico está diretamente relacionada às características das fontes disponíveis e aos critérios que orientam sua preservação. A dificuldade de localizar registros produzidos por mulheres ou que tratem de suas experiências pode não decorrer de um acaso documental, mas, sim, de processos históricos que determinaram quais sujeitos, práticas e acontecimentos mereciam ser registrados e transmitidos às gerações futuras.

Perrot (2005) destaca que a História das Mulheres frequentemente se depara com vestígios fragmentados, dispersos e insuficientes para reconstituir integralmente suas trajetórias. Em muitos casos, os documentos disponíveis foram produzidos por homens e refletem os interesses, valores e visões de mundo daqueles que os escreveram. Por essa razão, a autora afirma que as mulheres são frequentemente mais imaginadas do que descritas, situação que impõe ao historiador a necessidade de investigar os sistemas de representação presentes nas fontes.

Problema semelhante aparece nos estudos de Duby (1995). Conforme observado anteriormente, o autor reconhecia que os registros disponíveis sobre as mulheres medievais eram marcados pela predominância de vozes masculinas. Mendes observa que, para Duby, aquilo que sabemos sobre essas mulheres nos chegou de forma indireta, mediado por discursos produzidos por clérigos, cronistas e autores ligados às elites letradas (MENDES, 2020).

Essa constatação possui importantes implicações metodológicas. A impossibilidade de acessar diretamente muitas experiências femininas não inviabiliza a pesquisa histórica. Ela exige, entretanto, uma postura crítica diante da documentação. Em vez de buscar nas fontes uma reprodução fiel do passado, o historiador deve investigar os processos de construção dos discursos, os interesses que orientaram sua produção e os silêncios que atravessam seus conteúdos.

Nesse sentido, os silêncios também podem ser compreendidos como objetos históricos. Aquilo que não foi registrado, preservado ou legitimado como memória revela aspectos

importantes das relações de poder presentes em uma sociedade. A ausência de determinadas vozes nos arquivos não representa uma simples falta de informação; ela constitui um elemento que também precisa ser interpretado.

As contribuições da História das Mulheres mostraram que os arquivos não são espaços neutros de armazenamento do passado. Eles resultam de escolhas históricas, institucionais e políticas que influenciam diretamente aquilo que pode ser conhecido. A investigação historiográfica passa a exigir, portanto, uma reflexão permanente sobre as condições de produção dos documentos e sobre os limites impostos pelas próprias fontes.

As questões relacionadas aos arquivos e às fontes dialogam diretamente com as reflexões de Certeau sobre a escrita da História. Em *A escrita da história* (1982), o autor argumenta que a produção do conhecimento histórico não consiste em uma simples recuperação dos acontecimentos passados. O trabalho do historiador envolve operações de seleção, interpretação e organização que transformam vestígios fragmentários em narrativas dotadas de sentido.

A escrita da História é, portanto, uma prática social situada. Ela depende dos problemas formulados pelos historiadores, das perguntas dirigidas às fontes e dos referenciais teóricos utilizados na interpretação dos documentos. Desse modo, o passado não se apresenta de forma imediata ao pesquisador; ele é constantemente reconstruído por meio da operação historiográfica.

Isso também está presente nas reflexões de Teresinha Queiroz acerca das experiências femininas e das transformações culturais ocorridas ao longo do século XX. Em entrevista concedida a Elizângela Barbosa Cardoso em 2020, a historiadora destaca que as relações de gênero não podem ser compreendidas a partir de categorias fixas ou homogêneas, uma vez que as experiências das mulheres são atravessadas por diferentes formas de sociabilidade, controle e representação.

Nesse sentido, ao discutir as décadas de 1960 e 1970, Queiroz observa que a memória social frequentemente simplifica esses períodos ao associá-los apenas à liberação sexual feminina, desconsiderando a diversidade de trajetórias e as múltiplas formas de regulação dos corpos e comportamentos femininos. A entrevistada enfatiza, ainda, que o corpo constitui um espaço de linguagem, distinção social e disputa simbólica, evidenciando como as identidades de gênero são historicamente produzidas e negociadas em contextos específicos. Assim, em uma passagem ela reflete que:

> Essas temáticas ligadas ao corpo, à sexualidade e aos costumes são escorregadias, são complexas, porque há um jogo de imagens a construir, a preservar, a silenciar e a negar. Nessa rede de representações, também intenta-se mostrar o que não se é, negar práticas do passado e do presente, silenciar sobre fatos de legitimação duvidosa, afirmar ações não acontecidas. (QUEIROZ, 2020, p. 379).

Essa problematização também pode ser percebida em *Do Singular ao Plural* (2006), mais especificamente no capítulo intitulado "Mil mulheres em nós". Ao refletir sobre os caminhos dos estudos de gênero, Queiroz argumenta que a experiência feminina deve ser compreendida a partir da multiplicidade de tempos, espaços e experiências que atravessam a vida das mulheres, de maneira que:

> O ser mulher não é mais um dado da natureza e sim uma construção cultural em incessante e permanente devir. Migra-se do dado, do fixo, do estabelecido para o movimento, que é ininterrupto, para o relacional, para o especular, para a incerteza. E claro que as respostas teóricas têm sido incessantemente procuradas, e aqui os homens estão muito presentes, desde que os marcos da discussão de gênero confinam o tempo todo com o pensamento pós-moderno. Não é sem significados que gênero se define enquanto estudo das relações entre os sexos culturalmente construídas, só se concebe enquanto teia relacional e de significados multifacetados, e ancora-se em noção de poder diluído e microscópico, não necessariamente institucional, e operando em rede. (QUEIROZ, 2006, p. 241).

Tal reflexão evidencia o deslocamento promovido pelos estudos de gênero em direção à compreensão da pluralidade das experiências femininas. Em vez de buscar uma essência comum a todas as mulheres, essa perspectiva enfatiza a existência de múltiplas formas de vivenciar o feminino, marcadas por relações de poder, pertencimentos sociais e contextos históricos distintos.

As contribuições da História das Mulheres e dos estudos de gênero evidenciam a importância dessa perspectiva. Durante séculos, as mulheres permaneceram praticamente invisíveis em grande parte da produção historiográfica. Essa invisibilidade não decorria exclusivamente da ausência de documentos, mas também das perguntas que orientavam as pesquisas e dos interesses que definiam aquilo que era considerado historicamente relevante.

A partir do momento em que novas questões foram formuladas, tornou-se possível identificar sujeitos, práticas e experiências que anteriormente passavam despercebidos. O surgimento da História das Mulheres demonstrou que os arquivos continham muito mais do que os historiadores estavam habituados a enxergar. Diários, correspondências, registros judiciais, documentos religiosos e relatos de viagem passaram a ser examinados sob novas perspectivas, ampliando significativamente o campo de investigação histórica.

Ao mesmo tempo, os estudos de gênero contribuíram para aprofundar essa transformação ao deslocar a atenção para os mecanismos responsáveis pela construção das diferenças sociais. A preocupação deixou de recair exclusivamente sobre a presença das mulheres no passado e passou a abranger os processos de produção das identidades, das hierarquias e das relações de poder.

Nessa perspectiva, a escrita da História assume um caráter reflexivo. O historiador não investiga apenas os sujeitos históricos, mas também os discursos que os constituem, os sistemas de representação que lhes atribuem significados e os mecanismos que definem quais experiências serão lembradas ou esquecidas.

Assim, a incorporação da categoria gênero à pesquisa histórica ampliou as possibilidades de investigação ao permitir que os historiadores examinassem os processos responsáveis pela construção dessas diferenças. A atenção deslocou-se para as formas pelas quais as sociedades organizam simbolicamente as relações entre os sexos, produzem normas de comportamento e estabelecem hierarquias sociais.

Essas perspectivas contribuíram para redefinir os objetivos da pesquisa histórica. Nesse sentido, é fundamental salientar como que a preocupação com as mulheres e com as relações de gênero deixou de se restringir à recuperação de sujeitos marginalizados e passou a envolver

a investigação dos mecanismos responsáveis pela construção das desigualdades, das representações e das formas de exclusão presentes nas sociedades.

Dessa forma, a História das Mulheres e os estudos de gênero produziram impactos que ultrapassam a incorporação de novos temas ou objetos de pesquisa. Suas contribuições alcançam os próprios fundamentos da disciplina histórica, estimulando reflexões sobre os arquivos, as fontes, os discursos e os processos de produção do conhecimento.

## Considerações finais

A constituição da História das Mulheres representou uma das mais importantes transformações da historiografia contemporânea. Ao questionar a invisibilidade feminina nas narrativas históricas, esse campo ampliou os sujeitos considerados dignos de investigação e estimulou novas formas de interpretar o passado. As pesquisas desenvolvidas ao longo das últimas décadas demonstraram que a ausência das mulheres na escrita da História estava relacionada tanto aos processos de produção documental quanto aos critérios que orientavam a seleção dos temas considerados relevantes pelos historiadores.

O desenvolvimento dos estudos de gênero aprofundou esse movimento ao deslocar o foco da análise para os mecanismos responsáveis pela produção das diferenças sociais. As contribuições de Scott (1992; 1995) permitiram compreender o gênero como uma categoria fundamental para a investigação histórica, enquanto as reflexões de Butler (2003) e Foucault (1988; 1997) evidenciaram o papel dos discursos e das relações de poder na constituição das identidades e das subjetividades.

As discussões sobre representação, desenvolvidas por autoras como Perrot (2005) e por historiadores como Duby (1995), demonstram que a pesquisa histórica frequentemente se realiza através de mediações documentais marcadas por silêncios, ausências e disputas de significado. Nesse contexto, a análise das representações torna-se um caminho importante para compreender as formas pelas quais diferentes sociedades construíram imagens sobre as mulheres e legitimaram determinadas hierarquias sociais.

As reflexões de de Certeau (1982) contribuem para compreender que a escrita da História não consiste em uma reprodução objetiva do passado, mas em uma prática de interpretação constantemente atravessada por escolhas, recortes e problemas de pesquisa. A História das Mulheres e os estudos de gênero evidenciam essa dimensão ao demonstrar que novos questionamentos são capazes de revelar sujeitos, experiências e relações de poder anteriormente negligenciados.

Conclui-se, portanto, que a emergência desses campos de investigação produziu uma transformação que alcança os próprios fundamentos da disciplina histórica. Mais do que ampliar o repertório de temas estudados, eles estimularam uma revisão crítica dos processos de produção do conhecimento, dos limites dos arquivos e das formas pelas quais a historiografia constrói suas narrativas sobre o passado.

## Referências

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASAGRANDE, Carla. A mulher sob custódia. IN: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs.). **História das Mulheres:** A Idade Média (v. 2). Porto: Edições Afrontamento, 1990, p. 99-141.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COUTO, Lívia Maria Albuquerque. **Georges Duby e As Damas do Século XII:** questões historiográficas e sua história das mulheres. Revista Nures, ano XV, n. 37, set./dez., 2017.

DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1997.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo:** condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1993.

DUBY, Georges. **Heloísa, Isolda e outras damas do século XII.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

FIRMINO, Flávio Henrique.; PORCHAT, Patrícia. Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler: apontamentos a partir de "problemas de gênero". **Doxa: Rev. Bras. Psicol. Educ.**, Araraquara, v. 19, n. 1, p. 51-61, jan./ jun. 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I:** a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** história da violência nas prisões. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1997.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso:** princípios & procedimentos. 10. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história.** Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos Pagu,** Dossiê: "História das Mulheres no Ocidente", n. 4, p. 9-28, 1995.

QUEIROZ, Teresinha de J. M. **Do singular ao plural.** Teresina: EDUFPI, 2006.

QUEIROZ, Teresinha de J. M. Juventude e políticas do corpo nos anos 1960 e 1970: entrevista com Teresinha Queiroz. Entrevista concedida a Elizangela Barbosa Cardoso. **Outros Tempos**, São Luís, v. 17, n. 29, p. 373-388, 2020.

ROIZ, Diogo da Silva. **A discreta e sedutora "História das mulheres".** Cadernos Pagu, n. 30, jan./jun., 2008.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, jul/dez, 1995, p. 71-99.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In.: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história:** novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 63-95.